

OLHARES INTERDISCIPLINARES SOBRE FAMÍLIAS NO CONTEMPORÂNEO

INTERDISCIPLINARY LOOKS AT FAMILIES IN CONTEMPORARY

Fábio Kalil de Souza 1

Carla Storino 2

Ana Karolliny do Livramento Melo 3

Resumo: O artigo traz um recorte interdisciplinar sobre a família na contemporaneidade, tema tão vasto, complexo e multifacetado. Tratando-se de estudo teórico, a primeira parte do trabalho introduz e discute família como instância social aferrada a processos societários, seguindo para uma reflexão sobre seu papel socializador/formador de gerações. A segunda parte analisa definições de família. O último tópico aborda sumariamente dados demográficos dos arranjos familiares no Brasil. Metodologicamente optou-se por uma pesquisa bibliográfica para atingir o objetivo do estudo. Corroborando com estudos, concluiu-se que as famílias vêm atravessando mudanças radicais em suas vivências e modos de se conectarem com a cultura e eventos socioeconômicos, levando os membros a conviverem entre tradição e modernidade. Aponta carência de pesquisas nacionais que focalizem o impacto dessas mudanças nas relações familiares, sobretudo na educação e socialização de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Famílias. Mudanças Socioculturais. Configurações de Famílias Brasileiras.

Abstract: The article brings an interdisciplinary approach to the contemporary family, such a vast, complex and multifaceted theme. As a theoretical study, the first part of the work introduces and discusses the family as a social instance attached to societal processes, proceeding to a reflection about its socializing/forming of generations. The second part looks at family definitions. The last topic briefly addresses demographic data on family arrangements in Brazil. Methodologically, a bibliographic research was chosen to achieve the objective of the study. Corroborating with studies, it was concluded that families have been going through radical changes in their experiences and ways of connecting with culture and socioeconomic events, leading members to live between tradition and modernity. This article points to a lack of national research that focuses on the impact of these changes on family relationships, especially on the education and socialization of children and adolescents.

Keywords: Families. Sociocultural Changes. Brazilian Families Settings.

Doutorando em Educação (UFS). Mestre em Educação e Pedagogia (UFBA). Pedagogo do Instituto Federal de Sergipe-IFS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2515453769726536>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0323-5791>. E-mail: fabioksouza@gmail.com 1

Doutora em Sociologia (UL). Mestra em Criminologia Crítica, Prevenção e Segurança Social (UNIPD). Psicóloga (UFF). Psicóloga do Instituto Federal de Sergipe-IFS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2730873339990537>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0323-5791>. E-mail: carla.storino@ifs.edu.br 2

Especialista em Psicopedagogia. Bacharel em Ciências Biológicas (UFPE). Licencianda em Ciências Biológicas (UFS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5086609462008439>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7171-2636>. E-mail: ana.karollinymelo@gmail.com 3

Introdução

A contemporaneidade tem contribuído para reconstruir a unidade familiar de várias formas, mas, independentemente de sua configuração, a família continua a ser essencial para produzir uma experiência saudável e fundamentada para o desenvolvimento relacional e afetivo de crianças e adolescentes (CERVENY; BERTHOUD, 2010/1997; CHIRBAN, 2015; WINNICOTT, 2013; MINUCHIN, 1982); e por tudo que significa família ainda permanece como um recurso para pessoa e para sociedade (PETRINI, 2010). Mas como entender família, suas formas de enfrentamento/adequação dentro do torvelinho de transformações sociais em curso? Que mudanças são essas e em que aspectos afetam as famílias? Na atualidade, o que tem se alterado nas relações familiares comparado há décadas anteriores? Como os membros dela, sobretudo os mais vulneráveis, lidam com o impacto dessas mudanças? Quais suas estratégias de enfrentamento? Sobre este vasto tema não faltam indagações, muitas delas ainda sem respostas cabais.

Como indicado no título, este estudo aborda discussões sobre família no movimento das transformações societárias. De modo a fecundar debates e construir um repertório adicional para subsidiar futuras pesquisas teóricas e empíricas. Nessa direção o ponto de partida foi entender o que é ser família na contemporaneidade e viver nesse grupo social -daí dedicarem um tópico sobre a discussão das definições-, bem como identificar e compreender como mudanças sociais, culturais, ideológicas afetam/influenciam a organização e o funcionamento familiares.

Como problema de partida propomos: o que traz a literatura sobre as mudanças ocorridas nas famílias no bojo das mudanças socioculturais da modernidade? Objetivamos de modo mais amplo analisar produções teóricas sobre o tema a partir de um olhar interdisciplinar e contemporâneo sobre famílias. Especificamente analisamos o debate em torno das mudanças que afetam esse grupo social; problematizamos a discussão sobre a definição de família e exploramos dados de famílias brasileiras obtidos no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

Para atingir essas intenções primárias, optaram metodologicamente por uma pesquisa bibliográfica nos campos da psicologia da família e sociologia da família (BIASOLI-ALVES; FISCHMANN, 2001; CERVENY; BERTHOUD, 2010/1997; CHIRBAN, 2015; DESSEN; POLONIA, 2007; DESSEN, 2010; DONATI, 2011; MINUCHIN, 1982; PETRINI et al, 2012; RABINOVICH, MOREIRA; FRANCO, 2012; MOREIRA, RABINOVICH; SILVA, 2009; SARTI, 2004, 2001). Analisamos artigos de revistas contidos em bases de dados eletrônicas e capítulos de livros impressos ainda integraram a composição teórica deste estudo.

Como é cediço, muitas são as mudanças que tem atravessado a sociedade contemporânea e influenciado o mundo social de cada indivíduo. As principais e sua relação com famílias são tratadas nas duas seções seguintes.

Famílias em movimento: considerações preliminares

Não há nada de novo em afirmar que a família, em seu sentido genérico, está em constantes mudanças, e isso significa dizer que apresenta sofisticada capacidade de adaptação à mudanças externas diversas, fazendo dela uma instituição moderna. Autores (TAMAROZZI, 2020; GONCALVES; COUTINHO, 2008; ARRIAGADA, 2002; HIRONAKA, 2001; PETRINI et al.; 2012; PETRINI, 2010, 2005, 2003; PRATTA; SANTOS, 2007; RABINOVICH et al., 2012) defendem que a família vem sofrendo transformações significativas em sua estruturação e nas relações internas entre os membros. Transformações inscritas em diversas esferas no mundo globalizado tem propagado ressonância nas estruturas sociais, entre elas na escola e na família. Petrini (2003) e Arriagada (2002) elucidam que essas transformações -socioeconômicas, políticas e culturais- repercutiram em todos os aspectos da vida individual e social. Mudanças, descreve o primeiro, ligadas à fecundidade, à relação entre os sexos e entre às gerações (ampliação da autonomia dos membros da família, o que contribuiu para um exercício mais aberto e livre da sexualidade, dissociada das responsabilidades da reprodução), à educação e socialização dos filhos.

A segunda autora destaca outras transformações relacionadas: ao aumento da expectativa de vida, à organização do trabalho e da vida produtiva, à crescente urbanização e

industrialização, ao avanço tecnológico, ao aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho, entre as principais, tem impactado com densidade as famílias, levando-as a se “adaptarem” a tais mudanças a partir de diferentes modelos, os quais, conforme o referido sociólogo, “não tem validade universalmente reconhecida e aceita” (p. 43). São mudanças socioculturais e trabalhistas, portanto, que incidem na relação entre gêneros e os sexos, nas relações intergeracionais e que implicam modificações nas relações de poder no seio familiar e nos papéis e funções entre os membros. Mudanças, vale sublinhar, que afetam a vida de cada ser humano, trazendo uma colheita de resultados nem sempre positivos, com notáveis consequências para os filhos.

A família encontra-se em constante mudança por participar dos dinamismos próprios das relações sociais. O processo social dos últimos séculos acelerou as mudanças, com consequências substanciais em todos os aspectos da convivência humana. A família, integrada nesse contexto, necessariamente passa por transformações de tal magnitude que parece prestes a desaparecer (PETRINI, 2003, p. 60).

Todavia, no lado oposto dessa análise, o mesmo autor ainda elucida que a família é considerada como um valor ideal na sociedade contemporânea. Nas últimas décadas ela tem passado por transformações, como a forma de entender o amor e a sexualidade, o vínculo familiar, a relação intergeracional, a maternidade, o relacionamento entre homem e mulher e entre pais e filhos, que tem tornado vulnerável a família. Ficam, assim, sem efeito orientações para desenvolvimento familiar que vigoraram no passado, resultando em gerações com dificuldades afetivas/psicológicas para encarar os desafios da sociedade (PETRINI, 2003). O sociólogo também compreende que as relações entre os sexos e as gerações constituem o centro da vida familiar, que se mantém ou se dissolve em função de múltiplas circunstâncias ideológicas, socioculturais e históricas, resultando em modelos nos quais ora predominam a reciprocidade, a solidariedade, a cooperação; ora prevalecem disputas, competição, indiferença e conflitos.

O fato de pertencer a uma família “gera tensões, representa estresse para todos os membros que a compõe, mesmo com toda boa vontade de cada um” (DONATI, 2011, p. 137). Viver em família trata-se em construir relações relativamente imprevisíveis e com fronteiras incertas; relações marcadas por riscos, patologias e derrotas na vida dos membros. Portanto pensar família é encará-la também em sua face perversa, cuja ênfase é colocada não tanto na estrutura da família, mas na maneira como ela desempenha suas funções e papéis. Certamente essas mudanças, embora externas, tem profunda ressonância subjetiva nos membros das famílias, afetando suas relações. Mudanças que vem de fora mas que tem seus efeitos dentro das famílias e dentro dos próprios indivíduos.

Há uma questionável compreensão a respeito do impacto do aumento de separações e divórcios na educação e formação da subjetividade dos filhos, sendo as crianças e os adolescentes mais criticamente afetados. Advogamos que separações e divórcios não representam necessariamente um problema para as proles, nem significa a ausência do pai ou da mãe no cuidado das/dos filhas/os, isto é, não implica o fim do cuidado parental depois do fim da relação conjugal. No entanto, em função dos reflexos desse aumento, as mães solteiras que necessitam trabalhar têm sido não raro vítimas do infortúnio, da ausência de pais que literalmente fugiram de suas paternidades, deixando-as sobreviver sob o manto do cuidado materno, enfrentando solitariamente condições de pobreza, estresse e intenso sofrimento psíquico.

Família: notas interdisciplinares

A família de origem marca, sem dúvidas, muitos aspectos durante toda a vida dos indivíduos. Há quem conceba a ideia de que os sentimentos sobre a família afetam o pensamento que se tem dela. A família evoca um conjunto infinito de símbolos, imagens e representações que falam ao indivíduo por meio de seus sentidos, por essa razão se defende que é difícil contemplar a família divorciada das experiências ali vividas. E tratando-se de experiências, no inte-

rior da família, um mesmo evento pode se processar de maneira idiossincrásica na vida psíquica do membro, isto é, cada sujeito sente e vivencia de modo particular sua família, passando a ser uma experiência única, a qual se diferencia conforme o gênero, a idade e a posição que o indivíduo ocupa na relação de parentesco. E essas diferenças determinam suas experiências objetivas, como também o significado subjetivo atribuído a elas (TURIÁN, 2001).

A família pode ser considerada uma instituição vital na vida do ser humano. Este, a propósito de que rumo venha seguir, se para melhoria da sociedade ou seu prejuízo, não existiria evidentemente sem nascer e desenvolver-se num contexto familiar. Diversos estudos apontam que ela é, portanto, universal, histórica –presente em diferentes tempos e lugares- e primeiro espaço socializador do indivíduo, atuando como mediadora entre este e a realidade; responsável primária pela transmissão de crenças, valores, visões de mundo, modelos de relacionamento e práticas culturais do sujeito (BASTOS, 2010; BIASOLI-ALVES; FISCHMANN, 2001; DESSEN; POLONIA, 2007; DONATI, 2011; PETRINI et al., 2012; RABINOVICH, MOREIRA; FRANCO, 2012; MOREIRA, RABINOVICH; SILVA, 2009; SARTI, 2004, 2001). Ao mesmo tempo esse processo de transmissão entre gerações não é linear. Ocorre também que as relações interpessoais na esfera microssocial, como as familiares, podem ser o ambiente onde emergem novos significados da realidade, e portanto, os fundamentos da mudança social são estabelecidos.

Dessen e Polonia (2007) também argumentam que a família se constitui a primeira instituição social que busca garantir a permanência e o bem-estar dos seus membros, o que pode concebê-la como a primeira matriz relacional voltada para o cuidado e a proteção do indivíduo. Nessa perspectiva ela é a primeira esfera de existência na qual ele cria vínculos de pertencimento. Sarti (2001) destaca que, no ambiente familiar, a pessoa aprende a ordenar e dar sentido às experiências vividas. A família, portanto, pode ser concebida como espaço educativo e de iniciação à vida civilizacional. Nessa linha e com devidas exceções, ao mediar relações da criança/adolescente com a sociedade, a família assume importância vital no percurso da pessoa, pois “o rosto com o qual se apresenta aos outros e entra em contato com eles depende, em grande medida, da qualidade das relações familiares” (DONATI, 2011). Tratando-as como relações mediadoras, o mesmo autor argumenta:

Mesmo que alguns ajam como se as mediações não existissem, a família medeia muitas situações para todos os seus membros. Muitas vezes, esses não se dão conta das mediações ou as percebem somente quando se tornam um obstáculo ou um drama [...]. Quando, porém, elas vem a faltar, cria-se uma espécie de vazio que deve ser preenchido (p. 143).

A constatação empírica de que a família é um grupo social primário e possivelmente o mais relevante de socialização e educação, estabelecendo uma relação entre indivíduo e a sociedade, e internamente entre os membros, atinge o consenso entre pesquisadores nas ciências sociais e humana. E, do lado de cá do mundo ocidental, o que mencionar sobre os valores familiares nos mais diferentes estratos sociais?

Segundo Pratta e Santos (2007) e Rodrigues, Gomes e Oliveira (2017), até meados da década de 60 do último século predominava, sobretudo no Ocidente, a denominada “família tradicional”, fortemente marcada por rígida divisão social de papéis entre os membros e relação hierárquica bem delimitada. Papéis sociais e culturalmente estabelecidos, vale pontuar. O pai figura de autoridade máxima e de poder, era concebido como provedor da família, a quem mulher e filhos estavam submetidos. À mulher eram encarregados o cuidado e educação destes e do marido, além dos serviços domésticos, ou seja, incumbida de atividades da vida privada e o pai, da pública. As relações entre ele e os demais membros, pontuam Pratta e Santos (2007), eram orientados por “noções de respeito e autoridade, aspectos que caracterizam a assimetria da relação pai-criança [ou adolescente]” (p. 248). Num ambiente muitas vezes árido de convivência, o patriarca exigia absoluta submissão/obediência no cumprimento de regras e normas sociais.

Os estudos dão nota tônica à invisibilidade da mulher nas mais diversas esferas das vidas social e familiar, expressada ao roubar-lhe as liberdades de decisão e de emancipação, como também fazendo com que sua relevância, como sujeito de voz própria e agente de mudanças, mofasse no baú do esquecimento. Entretanto, bons ventos sopram na mentalidade e nos modos de se viver em família a partir do final da década de 60 e início da de 70 do último século, emplacados sobretudo pelos movimentos feministas e levando a mudanças progressivas em direção às relações mais flexíveis, equitativas e abertas. Os autores argumentam que as famílias na modernidade, portanto, de um modo geral cultivam padrões interacionais mais abertos e ancorados no diálogo e na afetividade, inclusive na relação parental (ALMEIDA; SANTOS; MONTINO, 2020; MOREIRA; CARVALHO, 2008; PETRINI, 2010; SARTI, 2007). O poliamor aparece no contemporâneo como alternativa de relação amorosa entre três ou mais indivíduos.

Ante o exposto, pode-se inferir que família é um dado estruturante da antropologia, isto é, o ser humano nasce numa família e busca constitui-la; é estrutural deles formar famílias, em todos os tempos e lugares. Tal formação, porém, recebe efeitos contingenciais, forçando as famílias a ingressarem num jogo de adaptação e resistência às referidas contingências (DONATI, 2011; PETRINI, 2003, 2005; MINUCHIN, 1982).

A família pode ser entendida como um conjunto de pessoas com trajetórias biográficas distintas, mas de laços consanguíneos e/ou afetivos, vivendo em um mesmo ambiente em um contexto de individuação e de socialização? É possível estabelecer um conceito genérico de família? Quais as principais configurações familiares habitam as sociedades e particularmente no Brasil? A essas e outras indagações tentaremos apontar possíveis reflexões no tópico seguinte.

Retratos de famílias: escrutinando definições e arranjos

A literatura apresenta diferentes definições de família. Donati (2011) argumenta prolipticamente que ela é uma relação social e é dotada de características próprias. Cuidadoso em se afastar de concepções subjetivas (construídas pela experiência de quem a define, a família vivida), Petzold (1996) citado por Dessen (2010) explica que as definições mais tradicionais se pautam em critérios como: aproximações genealógicas, ou seja, a presença de laços sanguíneos em fluxo intergeracional; os enquadramentos jurídicos e legais; a composição/estrutura das famílias; a presença de intimidade e vínculos e o compartilhamento de uma residência com crianças. Em sua compreensão, o autor adota a definição de família como um grupo social caracterizado por intimidade e por relações intergeracionais, dialogando parcialmente com a perspectiva petriniana de família, que a concebe marcada pela cooperação entre os sexos e as gerações (PETRINI, 2010, 2004, 2003). Este autor, além de não identificar a afetividade/intimidade característica primária de um grupo familiar, não inclui a união homoafetiva em sua concepção de família, considerando esses parceiros como grupos sociais de convivência que tem um modo privado de se organizarem e experimentarem a liberdade.

Para Zamberlan e Biasoli (1997), família é um grupo primário sustentado por relações intrafamiliares e de parentesco, alimentadas pela reciprocidade, partilha de atividades e cuidados com a prole, pelo apoio em atividades domésticas e pela afeição. Na base dessa compreensão estão as relações interpessoais diferenciadas, tendo a afetividade como pilar. Contudo, questionamos em que medida a afetividade, oscilante por natureza, pode servir de parâmetro para a definição de família, em particular na sociedade contemporânea ocidental.

Restringindo-se a um critério quantitativo, Trost (1995) citado por Oliveira (2007) concebe que uma família se constitui quando um casal se casa ou coabita (os parceiros passam a viver na mesma casa); ou quando uma criança nasce e é mantida por um dos pais solteiros. Sua concepção privilegia a díade enquanto unidade mínima da uma família, isto é, um grupo social para ser caracterizado como família deve ter, pelo menos, dois adultos ou um adulto e uma criança. Em sua visão, portanto, família inclui os casais que se constituíram legalmente, pelo casamento civil e/ou religioso, os que coabitam (optaram em residir juntos), abraçando assim famílias tanto hetero quanto homossexuais. Entretanto, considerando o contexto brasileiro, Trost (1995) amplia o entendimento de família previsto na Constituição Federal/88 ao incluir uniões homoafetivas.

Esse representa tão somente um recorte da ampla discussão em curso em busca de

um conceito genérico para família, embora o consenso acene de longe para os pesquisadores. Definir família na sociedade contemporânea se mostra exercício complexo e desafiador para estudiosos de diferentes áreas. Todavia, ainda que não haja um conceito comum de família, concordamos com Oliveira e Marinho-Araújo (2010) que é importante privilegiar aquelas definições que abarquem variáveis mínimas ou fundamentais/básicas do que se compreende por família, uma vez que a partir delas “se poderão realizar estudos e pesquisas mais amplos e representativos das relações humanas. Tais variáveis se referem, neste momento, à existência de uma díade e à intimidade vivenciada por eles na relação” (p. 62). E na busca por uma abordagem mais ampla e justa do conceito de família, acrescentamos, passaria por uma construção interdisciplinar.

As autoras são coerentes com a defesa em estabelecer “variáveis mínimas ou básicas” no processo de definição de família, que levará a uma distinção de outras modalidades de relação humana, como as vivenciadas no ambiente de trabalho, nas amizades, na escola/faculdade (relação professor-estudante, por exemplo) etc.. Não sendo assim, todas essas relações podem ser consideradas familiares, o que inviabiliza a delimitação para pesquisa. Também parece coerente a presença da relação de intimidade entre os membros como em nenhum outro ambiente eles desenvolvem; uma intimidade que os leva a serem eles mesmos, a revelarem seus “eus” na totalidade (PETRINI, 2010). Noutros contextos relacionais cada pessoa manifesta-se parcialmente, em decorrência dos vínculos de intimidade que somente habitam nas famílias.

Petrini (2012) comunga com a concepção de Donati (2011) de família, que orbita a noção de grupo social primário marcado por cuidados recíprocos entre os sexos e as gerações:

A família é um grupo humano primário, mas não um grupo qualquer. Definir sua especificidade (como distinção entre família e não família) significa produzir uma observação interpretativa de como uma sociedade (uma cultura e uma subcultura) demarca limites socialmente vinculantes (ou legítimos ou admitidos) ou não, no que se refere, de modo específico, às relações íntimas entre os sexos e aquelas entre pais e filhos, em suas recíprocas determinações (p. 50).

O autor ainda elucida que as dificuldades de definição da família se devem em grande medida à sua natureza supra-funcional, ou seja, ao fato de que ela não existe para atender somente a uma ou mais funções sociais (biológicas, sociais, psicológicas, econômicas, religiosas etc.), mas se mostra potencialmente capaz de satisfazer a uma gama indefinida de funções, visto ser “uma relação social plena”, passando a atender a todas as dimensões da vida humana. Nesse eixo de compreensão, a família, no movimento da história, não tem perdido algumas de suas funções, mas “ela se modifica alargando-se ou restringindo-se, com maiores ou menores funções, com maior ou menor estabilidade, e assim por diante, de acordo com as características da sociedade que a cerca” (DONATI, 2011, p. 59).

A despeito do rosário de definições, a literatura (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; DESSEN, 2010; GIDDENS, 2012; HINTZ, 2001; MALUF, 2010; MACEDO; KUBLIKOWISKY, 2016; OLIVEIRA, 2009; SZYMANSKI, 2001) identificou diferentes arranjos ou configurações familiares¹. Embora não se encontre em registros oficiais, estudiosos consideram também como arranjo familiar aquele formado por casal de homossexuais, ainda minoria na sociedade pós-industrial e, no Brasil, não inclusa no texto da Constituição Federal de 1988. Tal catalogação, vale sublinhar, não é rígida e, ao mesmo tempo, passível de cruzamentos: as famílias multigeracionais, sob a ótica quantitativa, pode ser considerada extensa; as homoafetivas podem se tornar reconstituídas caso haja dissolução da primeira união ou consideradas monoparentais se formada por um adulto e uma criança sob sua tutela. Em nossa “modernidade líquida” (BAU-

1 As mais comuns são: i. Nuclear ou Tradicional (formada por pai, mãe e filho(s) (biológico(s) ou adotado(s)); ii. Reconstituída/Recasada (constituídas por casais em que ambos estão no segundo casamento (civil e/ou religioso); iii. Monoparental (composta por um indivíduo e pelo menos uma criança (filho), adotado ou não, cujo(a) adulto optou por não manter relação íntima com outrem, após separação ou divórcio ou por viuvez e iv) Extensa ou Ampliada (constituída de pais, filhos e parentes ocupando o mesmo espaço/domicílio) e Multigeracional.

MAN, 2007) as relações se mostram fluídas e em constantes mudanças, podendo gerar novas configurações familiares e consolidar as existentes. Em matéria de configurações, a polimorfia tem demonstrado uma tendência, coexistindo harmônica e pacificamente no país embora se ouça falar de uma crise da família na atualidade.

Entendemos que embora as estatísticas nacionais frequentemente apontem o aumento de arranjos familiares alternativas àquelas de dois cônjuges heterossexuais casados e com filhos gerados, em alguns casos não é o surgimento de novas famílias, mas sim uma maior visibilidade de “outras” famílias, visibilidade que está condicionada também pela evolução das abordagens de estudo e paradigmas de pesquisa sobre o que é ou não é família. Contudo, é relevante ponderar e sobram questões em relação à qualidade desses processos, especialmente vistos (e praticados) dentro da lógica do individualismo e da liberdade irrestrita que marcam a contemporaneidade.

Estariam às famílias na contemporaneidade enfrentando crises nas mais diversas ordens?

Ao que interpretamos não se trata de uma crise, nem mesmo da estrutura familiar – o que em estudos é conhecido de “desestruturação” da família (nuclear)-, mas um descompasso instalado no âmbito das relações familiares. Neste particular, Petrini (2004) advoga uma crise na conjugalidade, e como desdobramento o impacto imprevisível na educação e socialização dos filhos, além da complexa tarefa de educá-los mesmo em ambiente familiar favorável. Pelas dificuldades dos pais, sobretudo pobres e de baixa escolaridade, em educar/relacionar-se com/conviver com/cuidar dos filhos, as famílias enfrentam situações causticantes de sobrevivência que desembocam na sua fragmentação, em conflitos e, não raro, podem favorecer o ingresso de adolescentes e jovens no universo da transgressão social com uso de drogas ilícitas, enveredando ao tráfico e outras formas de criminalidade² em situações mais extremas. A crise presente, entendemos, é a o clima tensional que se vive entre pais e filhos e entre cônjuges, com efeitos colaterais nas vidas pessoal e familiar de cada membro.

Uma segunda crise, na percepção de Sarti (2001), tem repercussão sobre a primeira: a do sentido de tradição. A autora elucida:

No mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Vivemos numa sociedade onde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da História. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância (p. 44).

Nessa percepção, a tradição vem se tornado alvo de críticas e de contestação, tanto em centros de pesquisa/universidades como nas famílias. Contesta-se o padrão tradicional de autoridade familiar dos pais sobre os filhos e do homem sobre a mulher, antes marcadas por excessiva autoridade, e nos dias atuais por muita flexibilidade em relação às crianças e adolescentes, prejudicando seu desenvolvimento psicossocial. A autora mergulha mais fundo na questão ao esclarecer que os papéis sexuais e os direitos e deveres entre pais e filhos não estão suficientemente claros, o que gera confusão e insegurança dos pais no tocante à educação. Com essa suposta contestação do tradicional na família, tanto o exercício de autoridade quanto a divisão sexual dos papéis, antes socialmente estabelecidos, são hoje discutidos coletivamente e negociados, propondo-se inclusive novas formas de divisão do trabalho doméstico e de reciprocidade financeira (SARTI, 2001).

Como se observa, proveitosos avanços se deram a partir do enfrentamento do que é tradicional, entre eles a diluição da autoridade patriarcal masculina e conseqüente conquista da equidade entre homens e mulheres em termos de direitos e deveres na família, como também

² Latrocínio, estupro, homicídio e sequestro. Dados de secretarias de segurança mostram que a grande maioria são homens e negros.

a relação menos hierarquizada e mais dialógica entre pais e filhos. Parece que em nosso tempo o que é tradicional tem perdido sua força e se mostrado pouco eficaz na promoção da família e do bem comum. Porém, se a autora estiver certa, questionamos: o enfraquecimento do sentido de tradição não teria sua face negativa ao abrir mão de valores e práticas relevantes nas trajetórias dos sujeitos para além do círculo familiar? Uma vez que não se tem mais padrões e hábitos predeterminados em função dessa suposta perda, como orientar a vida familiar em situações cruciais? De que forma ou que alternativas os pais contemporâneos podem educar seus/suas filhos(as) já que o modo tradicional tem sido descartado, por se mostrar como obsoleto e opressivo? Como tirá-los da sombra de suas dúvidas e incertezas, de sua condição de “desbussolados” no mundo face ao derretimento do que é tradicional, que antes o orientavam?

Contudo, ao se ver o outro lado da moeda, Giddens (2012) não entende que tem havido uma perda das tradições nas últimas décadas, mas sim que a família, pelo menos no mundo ocidental, tem sido espaço de convivência entre tradição e modernidade, o que a torna lugar de ambivalências, contradições e conflitos entre sexos e gerações, gerando, não raras vezes, membros que mendigam migalhas de afeto e proteção. Como foi exposto, pode-se não encontrar soluções para os problemas da família contemporânea olhando o passado, especialmente porque, como os estudos –sobretudo feministas– documentam, as relações entre cônjuges e entre pais e filhos eram fortemente hierarquizadas, opressivas e marcadas pela desigualdade na divisão de responsabilidades e privilégios. Essas características revelam, inclusive, que as famílias ditas tradicionais não poderiam ser parâmetro para sociedade. Entretanto, em função das transformações anteriormente mencionadas, essas famílias estão em movimento e apresentando uma nova edição de si, com relações internas menos áridas, e mais irrigadas de afetos e com relativa simetria.

A despeito dessa distinção perspectival, entendemos que mais relevante para o debate científico é como as supramencionadas transformações afetam as famílias, as relações ou padrões de interação entre os membros, o que não é objetivo deste trabalho. Concordamos que tem havido profundas mudanças nessas relações, porém percebemos algo que se mantém intacto nas famílias independente do período histórico: elas se mostram como espaço paradoxal de relação (GIDDENS, 2012; PETRINI; DIAS, 2013; PETRINI, 2003; SARTI, 2001; SZYMANSKI, 2001). Na base de qualquer convivência humana está a relação eu-outro, inclusive na família. Uma relação ressignificada e reelaborada ao longo do tempo. Mas onde mora o paradoxo? A família pode se mostrar como ambiente de socialização, de desenvolvimento humano, de amparo afetivo e proteção, de segurança, de relação intergeracional, de cooperação mútua, de formação de subjetividades, de valorização identitária, de amor e companheirismo, enfim, como espaço propulsor de felicidade, segurança e satisfação pessoal. No seu oposto pode ser lugar de violação de direitos, de competição, de conflitos, de indiferença, de preconceito e rejeição, de exclusão, desamparo ou abandono físico e/ou afetivo, de violência ou de negligência. A família passa então a ser focalizada como “o *locus* potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas, ou como núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda sorte de desvios de comportamento” (SZYMANSKI, 2001, p. 23). Essa natureza paradoxal da família, a nosso ver, é uma dimensão que não mudou ao longo do tempo.

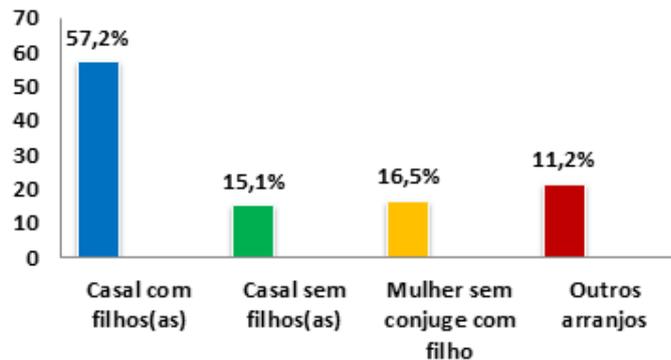
Famílias Brasileiras e determinantes sociais de saúde

Por uma razão meramente descritiva, adotamos neste trabalho a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) das configurações familiares existentes, obtida com dados contidos na Síntese de Indicadores Sociais (2015). A partir da amostra, o Instituto constatou que os domicílios particulares pesquisados são ocupados pelo que foi chamado de “arranjos sem parentesco”, o qual se subdivide em “multipessoais sem parentesco” e “unipessoais”, ambos não caracterizados como família conforme critérios da Organização das Nações Unidas (2015) e “arranjos com parentesco”, considerados famílias, que incluem “casais com filhos”, “casais sem filhos”, “mulher sem cônjuge com filho” e outros tipos de arranjos³, com os

3 “Homem sem cônjuge com filhos (com ou sem parentes e/ou agregados) e pessoa de referência sem cônjuge,

percentuais do gráfico:

Gráfico 1. Arranjos familiares em domicílios brasileiros em 2015.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005-2015.

Confirmando tendências das duas últimas décadas, a pesquisa revelou diminuição do tamanho das famílias e um aumento na diversidade, prevalecendo o arranjo familiar nuclear (mais da metade das famílias brasileiras). Embora ainda predomine o casal, com ou sem filhos, houve uma ampliação expressiva do número de famílias monoparentais –na sua maioria lideradas por mulheres negras ou afrodescendentes-, decorrente sobretudo da explosão da estatística de separações e divórcios das últimas décadas. O relatório aponta o aumento da escolaridade e da inserção da mulher no mercado de trabalho e a queda na fecundidade como fatores relacionados a alterações nos arranjos. Por fim cabe sublinhar que, mesmo não categorizados como famílias em grande parte dos autores, os arranjos unipessoais aumentaram significativamente nesse período, entrelaçado à longevidade da população.

Para dados estatísticos comentados sobre famílias brasileiras com enfoque no ciclo vital, recomendamos a pesquisa de Macedo e Kublikowski (2016).

Considerações Finais

Os estudos aqui apresentados indicam transformações que impactaram as famílias já na segunda metade do século XX, as quais incluem o avanço tecnológico, a urbanização, a redução da natalidade de mortalidade infantil, o aumento do número de divórcio e separações, ampliação da expectativa de vida, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, alterações nas concepções de casamentos e nos modos de vida das pessoas, mudanças nas relações entre gêneros e gerações, entre outras transformações, afetaram as famílias e, na visão deles, provocaram o surgimento de distintos arranjos familiares. Argumentam que o eco das transformações na família redesenhou as relações entre os membros, tornando-as mais simétricas e menos rígidas e verticalizadas. As famílias na modernidade, portanto, cultivam padrões interacionais mais abertos e ancorados no diálogo e na afetividade, inclusive na relação pai-filho.

Quanto ao contexto brasileiro, dados do IBGE (2015) revelam que a família tradicional ou nuclear ainda permanece majoritária na população, seguida de um significativo crescimento dos arranjos monoparentais (majoritariamente femininas) resultantes do crescimento de separações e divórcios nas últimas décadas, que não representa um fenômeno tipicamente nacional, mas principalmente em países ocidentais. Embora não seja considerado família a partir de critérios da ONU, a pesquisa também evidenciou aumento expressivo de pessoas vivendo sem cônjuges, parentes ou agregados –classificado como “arranjo unipessoal”-, o que está relacionado ao envelhecimento da população, segundo o próprio relatório.

Discutimos, embora não de modo exaustivo, a definições de família, evidenciando que

a plasticidade de configurações hoje existentes dificulta encontrar o ponto de convergência entre os estudiosos, sem portanto encontrar um conceito genérico. Todavia, optamos em concordar da necessidade de delimitação, afinal existem grupos sociais não familiares e que os vínculos afetivos não seriam suficientes para caracterizar um grupo de pessoas como família. Outrossim, focalizamos como mais relevante abordar as relações familiares no espectro de mudanças da contemporaneidade. Por outro lado, a limitação deste trabalho foi não explorar amplamente as pesquisas estrangeiras nesse assunto, restringindo-se aos achados nacionais. A literatura brasileira aponta poucas investigações que analisam o impacto das mudanças societárias sobre as relações familiares.

Considerando que nessa temática ainda há muitas perguntas sem respostas, ante o exposto podemos afirmar com relativa segurança que família é lugar de socialização e individualização, de paradoxos e ambivalências nas relações entre os membros; território de inconstâncias (moderno, líquido) e permanências (tradições, costumes); e que toda complexidade das realidades das famílias, nos seus mais diferentes aspectos, em nossa compreensão pode ser concebida de modo relacional. Portanto, um olhar contemporâneo sobre as famílias ancorado nessa abordagem pode abrir janelas de compreensão e explicação dos fenômenos familiares. Fenômenos que, se fossem analisados por uma única ciência, não daria conta da totalidade de fatores e nuances que envolvem as famílias.

Referências

ALMEIDA, Ilda Neta Silva de; SANTOS, Ana Lúcia Brito dos; MONTINO, Maryani Almeida. A Importância da Educação Infantil na Formação Humana. **Rev. Humanidades e Inovação**, v.4, n. 2, 2016, p. 50-62. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/198>. Acesso em: 28 jul. 2020.

BASTOS, Ana Cecília de Sousa. A estruturação cultural da família como contexto de desenvolvimento e a promoção da responsabilidade na criança. In: Modos de Partilhar: **A criança e o cotidiano da família**. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 2001, 273p.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. A questão da disciplina na prática de educação da criança no Brasil ao longo do século XX. **Veritati**, 2(2), 2002, 243-259.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Crianças e adolescentes: A Questão da Tolerância na Socialização das Gerações mais Novas. In: Biasoli-Alves, Z. M. M. A e Fischmann, R. **Crianças e Adolescentes: construindo uma cultura da tolerância**. SP: Edusp, 2001, p. 222.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, 110, 2000, 143-155. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742000000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 jun. 2020.

CARTER, Betty & MCGOLDRICK, Monica. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: **Artes Médicas**, 1995, 211p.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira & BERTHOUD, Cristina Mercadante Esper. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2010/1997, 282p.

CHAUDHARY, Nandita; SHUKLA, Shambhavi and TOMAR, R. (In press). **Family, identity and the individual in India**. In G. Misra (Ed.). *ICSSR Sixth survey of research in Psychology*. Indian Council for Social Science Research, New Delhi, India, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338773697_Family_Identity_and_the_Individual_in_India. Acesso em: 04 abr. 2020.

CHIRBAN, John. Changes in the Family: **Impact on Child Relationships**. 2015. Disponível em: <https://www.psychologytoday.com/blog/age-un-innocence/201504/changes-in-the-fami>

ly-impact-child-relationships. Acesso em: 03 ago. 2019.

CONILL, Eleonor. **Sistema ou cobertura universal em saúde?** Portal da Inovação na Gestão do SUS. Brasília: Organização Panamericana de Saúde – OPAS; Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://apsredes.org/sistema-ou-cobertura-universal-em-saude-leia-a-entrevista-com-a-pesquisadora-eleonor-conill>. Acesso em: 08 set. 2017.

CRUZ, Antonio Roberto Seixas da. Família e escola: um encontro de relações conflituosas. Feira de Santana, **Sitientibus**, 37, 2007, p. 27-35.

DESSEN, Maria Auxiliadora. Estudando a Família em Desenvolvimento: Desafios Conceituais e Teóricos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 30 (núm. especial), 2010, p. 202-219. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000500010&script=sci_abstract&lng=es. Acesso em: 04 abr. 2020.

DESSEN, Maria Auxiliadora e POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Universidade de Brasília-UnB, Brasil, **Paidéia**, 2007, 7(36), 21-35.

DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, n. 2(9), 2005, 303-312. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572005000200012>. Acesso em: 18 abr. 2020.

DONATI, Pierpaolo. **Família no Século XXI: abordagem relacional**. Ed. 2. São Paulo: Paulinas, 2011, 239p. Trad. João Carlos Petrini.

DORNBUSH, Sanford M., ERICKSON, Kristan Glasgow, LAIRD, Jennifer & WONG, Carol Anne. (2001). The relation of family and school attachment to adolescent deviance in diverse groups and communities. **Journal of Adolescent Research**, 16, 2001, 396–422. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0743558401164006>. Acesso em: 04 abr. 2020.

FLORENCIO, Cybelle Bezerra Sousa; RAMOS, Maély Ferreira Holanda e SILVA, Simone Souza da Costa. Adolescent Perceptions of Stress and Future Expectations. **Paidéia**, 2016, 66(27), p. 60-68. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2017000100060&script=sci_abstract. Acesso em: 07 mai. 2020.

FONSECA, Claudia. **Olhares antropológicos sobre a família contemporânea**. 2002. Disponível em: <http://claudialwfonseca.webnode.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/mulher-e-familia/>. Acesso em: 08 abr. 2020.

FRANCO, Anamélia Lins e Silva. O Conceito de relação pensado a partir da relação entre o médico e o paciente. In: PETRINI, João Carlos e CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. (org). **Família, Sociedade e Subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 136-145.

FRENK, Julio. The global health system: strengthening national health systems as the next step for global progress. **PLoS Med**. 2010;7(1). doi:10.1371/journal.pmed.100008911. Acesso em: 04 jun. 2020.

GIDDENS, Anthony. Famílias e Relacionamentos íntimos. In: GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Ed. 6. Porto Alegre: Penso, 2012, p.242-277. Trad. Ronaldo C. Costa.

GONÇALVES, Hebe Signorini & Coutinho, Luciana Gageiro. Juventude e família: expectativas, ideais e suas repercussões sociais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 2008, 8(3), 597-611.

GRUSEC, Joan. Socialization Processes in the Family: Social and Emotional Development. **Rev. Psychol.**, 62, 243-269, 2011.

HINTZ, Helena Centeno. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Pensando Famílias**, 2001, 3, 8-19. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000138&pid=S0102-7182201300030001500013&lng=pt. Acesso em: 12 abr. 2020.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Família e casamento em evolução. **Revista do Advogado**, 62, 2001, 16-24.

MACEDO, Rosa Maria Stefanini & KUBLIKOWISKY, Ida. O ciclo vital das famílias brasileiras. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos (org.). **Relações Familiares**. Curitiba: CRV, v. 2, 2016, p. 33-54

MAHFOUD, Miguel. **Experiência Elementar em Psicologia**: aprendendo a reconhecer. Belo Horizonte: Universa e Artesã Editora, 2012.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas Modalidades de Famílias na Pós-Modernidade**. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2010.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos e Carvalho, Ana Maria Almeida. **Família e Educação**: olhares da psicologia. São Paulo: Paulinas, 2008.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos e BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. O olhar de pais de camada média sobre a educação dos filhos. In: **Família e Educação**: olhares da psicologia. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 17-31.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira & SILVA, Célia Nunes. Olhares de crianças baianas sobre família. **Paidéia**, 19(42), 2009, 77-85.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982, 243p.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Revista Educação e Realidade**, 31(2), 2006, 155-170. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0003-25732005000400005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 mar. 2020.

NOGUEIRA, Maria Alice. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. **Anál. Social**, 176, 2006, p. 563-578.

NOGUEIRA, Maria Alice, Cláudio Marques Martins. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu. Limites e Contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, 78, 2002, p. 15-36. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002000200003&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 05 mar. 2020.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de. **Psicologia escolar e a relação escola família no ensino médio**: estudando as concepções desta relação. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília-UnB-Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Revista Estudos de Psicologia**, 2010, p. 99-108. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X201000010001>. Acesso em: 05 mar. 2020.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Família Contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p.

PETRINI, João Carlos. **Família, dádiva e mercado**. Salvador, 2014. Aula no curso de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (Universidade Católica do Salvador), 2014.

PETRINI, João Carlos e Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon. (org). **Família, Sociedade e Subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005, 278p.

PETRINI, João Carlos. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C; CAVALCANTI, V. R. S. (orgs). **Família, Sociedade e Subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, 278p.

_____. A relação nupcial no contexto das mudanças familiares. In: JACQUET, C. e COSTA, L. F (Org.). **Família em Mudança**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004, 15-34.

_____. **Pós-modernidade e Família: um itinerário de compreensão**. São Paulo: EDUSC, 2003, p 188.

PETRINI, Giancarlo; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; REIS, Lílian Perdigão Caixêta; FONSECA, Ricardo Sampaio da Silva & Dias, Marcelo Couto. Família, capital humano e pobreza: entre estratégias de sobrevivência e projetos de vida. **Memoandum**, 22, 2012, 165-186.

PETZOLD, Max. The psychological definition of “the family”. In: Dessen, Maria Auxiliadora. Estudando a Família em Desenvolvimento: Desafios Conceituais e Teóricos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 30 (núm. especial), 1996, 202-219.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, 12(2), 2007, p. 247-256.

PICKHARDT, Carl. **Adolescence and the growing complexity of life**. 2013. Disponível em: <https://www.psychologytoday.com/blog/surviving-your-childs-adolescence/201308/adolescence-and-the-growing-complexity-life>. Acesso em: 06 abr. 2020.

RABINOVICH, Elaine Pedreira, MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; FRANCO, Anamélia. Papéis, comportamentos, atividades e relações entre membros da família baiana. **Psicologia & Sociedade**. 24(1), 2012, p. 139-149. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000100016>. Acesso em: 27 mar. 2020.

RODGERS, Katheen Boyce, & ROSE, Hilary Ann. (2002). Risk and resiliency factors among adolescents who experience marital transitions. **Journal of Marriage and Family**, 64, 1024 – 1037. Disponível em: <http://news.cahnrs.wsu.edu/wp-content/uploads/2009/11/TextofJournalArticle.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

RODRIGUES, Brunela Carla; GOMES, Isabel Cristina; OLIVEIRA, Danielly Passos de. Família e Nomeação na Contemporaneidade: uma reflexão psicanalítica. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, 1(8), 2017, 135-150. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2017v8n1p135>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SCLYAR, Moacyr. História do Conceito de Saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312007000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 mai. 2017.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4. Ed., São Paulo: Cortez, 2007, 221p.

SERACENO, Chiara. Discursos da família (introdução). In: SERACENO, Chiara. **Sociologia da Família**. Lisboa: Editorial Estampa, 2007, p.103-130.

SILVA, Pedro. Análise sociológica da relação escola-família: um roteiro sobre o caso português. Sociologia: **Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, Vol. XX, 2010, p. 443-464. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267409441_Analise_sociologica_da_relacao_escola-familia_um_roteiro_sobre_o_caso_portugues. Acesso em: 27 mar. 2020.

SILVA, Pedro. **Escola-família**: uma relação armadilha. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p. 194p.

SOUZA, Fábio Kalil de. Notas sobre a relação família-escola na contemporaneidade. **Rev. de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 51, n. 1, p. 124-143, jan-jun 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/2178-4582.2017v51n1p124>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SZYMANSKI, Heloísa. Teorias e “teorias” de família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 22-33.

TAMAROZZI, Giselli de Almeida. Família e Identidade: uma realidade em movimento. **Rev. Humanidades e Inovação**, v.7, n.2 – 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2437>. Acesso em: 28 ago. 2020.

TURIÁN, Rodolfo. Estructura familiar y Trayectorias de vida en México. In: **Procesos sociales, población y familia**: alternativas teóricas y empíricas en las investigaciones sobre vida doméstica. Org. Maria Cristina Conceição Gomes. México, Facultad Lationamericana de Ciencias Sociales, 2001.

WINNICOTT, Donald Woods. **A família e o desenvolvimento individual**. SP: Martins Fontes, 2013, 277p. Trad. Marcelo Brandão Cipolla.

Recebido em 01 de novembro de 2020.

Aceito em 25 de agosto de 2021.